



Correio, Telegrafia e o Circuito das Notícias no Século XIX¹

Leticia Cantarela MATHEUS²
Centro Universitário Plínio Leite/Anhanguera, Niterói, RJ

RESUMO

O trabalho questiona a utilidade do marco da instalação da agência Havas no Brasil como parâmetro para a adoção do telégrafo pelo jornalismo. Para isso, percorre alguns circuitos noticiosos entre Europa e Brasil e dentro do território nacional via correspondência marítima e por telegrafia, tentando avaliar o papel da Havas no processo de aceleração da produção jornalística. O artigo investiga o impacto ou não do telégrafo no ritmo de atualização da notícia, no tipo de informação e na sensação de aceleração. Apresenta um estudo comparativo entre exemplares de alguns dos principais diários que circularam no Rio de Janeiro e na Província de Niterói, entre 1870 e 1900 (*Jornal do Commercio, O Fluminense, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, Diário do Rio de Janeiro; Gazeta da Tarde; O Paiz; A Pátria e A Notícia*).

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, notícia, telégrafo, tempo, narrativa.

Este artigo levanta algumas questões sobre o marco da adoção do telégrafo pelo jornalismo em 1875, no lançamento do Diário do Rio de Janeiro, a partir dos serviços noticiosos da agência Havas. Se o serviço telegráfico existia no país desde 1854, então o que garante que ele não fosse usado como recurso de troca de informação com interesse de publicação?

A segunda pergunta que norteia a pesquisa diz respeito à circulação das informações. Mesmo depois de 1875, quando aparecem nos jornais chamadas com o título "Telegramma", não significava que a informação havia chegado aos escritórios (como chamavam as redações) por via telegráfica. Geralmente, tratavam-se apenas de transcrições de cartas que circulavam na forma física convencional.

E há também algumas lacunas sobre as atividades da Havas, que comercializava o serviço de boletins noticiosos, mas que não detinha o monopólio do telégrafo no Brasil. Não seria possível que mais alguém explorasse o serviço, mesmo sem as características de uma agência jornalística?

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação Social pela UFF, email: leticia_matheus@yahoo.com.br



O intuito é investigar a real importância do telégrafo no território nacional e para o jornalismo em especial. Havia estações públicas onde o público pudesse enviar mensagens? Essa é uma preocupação, evidentemente, motivada pelo “espírito do tempo” da autora, imersa numa cultura cibernética, onde o imperativo da troca rege os modos de comunicação e de sociabilidade.

Arriscando incorrer em anacronismo, nosso objetivo é relativizar, em primeiro lugar, o ineditismo de nossa cultura virtual. Sem ignorar que o sistema comunicacional no século XIX era baseado fundamentalmente da circulação de objetos concretos como pessoas, impressos e cartas (Barbosa, 2010), é preciso lembrar que McLuhan (1969) identifica no telégrafo o início da Era da Informação, marco de todo o processo de virtualização das comunicações.

O segundo objetivo é questionar a tese de que a adoção do telégrafo muda o texto jornalístico, pois foram encontradas muitas variações. Não parece haver um padrão, e este artigo está mais cheio de dúvidas e perguntas do que de afirmações. Ele é composto por pequenas descobertas que compuseram um conjunto de perguntas compartilhadas aqui. Vamos tentar remontar parte do circuito noticioso da época, usando como parâmetro a interferência ou não do telégrafo.

NOTÍCIAS DO EXTERIOR

Foram selecionados pelos menos três diários em intervalos de cinco anos entre 1870 e 1900. Como nesse período alguns acabaram e outros foram fundados, a amostragem não ficou homogênea. O intervalo para os diários que duraram mais tempo foram maiores e receberam maior número de amostras. Aqueles que surgiram na última década ficaram apenas com um conjunto de amostra.

Cada conjunto foi construído a partir de mês inteiro de publicação, com alternância na escolha do mês, no intuito de evitar qualquer vício interpretativo. Na leitura e interpretação, foram considerados os seguintes aspectos: em primeiro lugar, a presença ou não de telegramas. Em seguida, a origem dos telegramas (locais ou internacionais). Em terceiro lugar, se há indicação do modo como o telegrama chegou ao jornal (por correio ou telégrafo). O quarto ponto foi a data do telegrama para descobrir qual o tempo que levou para ele ser publicado pelo jornal. Por fim, considerou-se o tipo de conteúdo.



QUADRO I: Lista de periódicos

1870	Jornal do Commercio; Diário do Rio de Janeiro; A Pátria (1871 – falha na coleção);
1875	Jornal do Commercio; Diário do Rio de Janeiro; Gazeta de Notícias;
1880	Gazeta da Tarde; Gazeta de Notícias; O Fluminense;
1885	Gazeta da Tarde; Gazeta de Notícias; Diário de Notícias; O Paiz;
1890	Cidade do Rio; Diário de Notícias; O Paiz;
1895	A Notícia; Jornal do Brasil O Fluminense.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

A partir desses dados, interpretamos se foi possível que a dinâmica narrativa do jornalismo tenha passado ou não por uma forte mudança naquele período. O que chamamos de dinâmica narrativa diz respeito não somente ao ritmo de publicação mas também à forma do texto e ao tipo de conteúdo. O que mais interessou foi verificar se houve uma transição da cobertura de temas políticos e internacionais para questões pragmáticas do dia a dia.

A hipótese inicial era que a atmosfera de aceleração fosse em parte tributada à atividade da Havas, contribuindo para que o público e o jornalista tivessem voltado seu olhar para os acontecimentos efêmeros do cotidiano. Entretanto, parece difícil atribuir essas mudanças diretamente ao serviço da agência, pois, antes dos seus boletins, já se publicavam notícias do cotidiano, ainda que esparsamente nos jornais.

Dois circuitos de comunicação – os correios e a telegrafia – conviveram de modo complementar naqueles anos. Os telegramas chegavam às redações das duas formas. Aos poucos, as notícias por meio da telegrafia passaram a receber mais destaque devido a sua premência temporal. Na última década daquele século, os jornais já eram bastante noticiosos, com forte sensibilidade para o imediato. Os vestígios da distância temporal entre a captação e a publicação da notícia foram sendo apagados nos textos.

As notícias, como é natural, são confusas e contraditórias, e o nosso primeiro trabalho deve ser procurar formar uma ideia geral da situação das coisas, sem o que se tornão aquelas notícias completamente ininteligíveis. (Jornal do Commercio, 14/09/1870, p. 1)



O texto é parte de uma notícia sobre a guerra franco-prussiana (1870-1871) publicado no *Jornal do Commercio* de 14 de setembro de 1870. Nele, o redator se empenha em interpretar e produzir coerência no emaranhado de informações que chega por cartas diretamente ou de segunda mão, publicadas originalmente nos jornais europeus. São correspondências de Londres e de Paris vindas por correio pelos navios, incluindo os jornais estrangeiros contendo as mais quentes notícias do *front*, enviadas por telegramas um mês antes, muitas vezes pelos próprios oficiais de guerra.

Aos jornais brasileiros as informações do exterior chagavam de navio. O que mudava era sua forma de endereçamento. Havia as cartas diretas, as cartas publicadas em outros jornais, os telegramas diretos e os telegramas publicados em outros jornais. Ao se deparar com tantos pontos de vista, o redator publicava as diferentes versões, ao mesmo tempo em que tentava costurar uma provisória e frágil convergência narrativa, de modo a dar coerência aos acontecimentos.

Construir um sentido geral a partir de narrativas contraditórias é, afinal, o trabalho que todos nós realizamos ao interpretar o mundo que nos cerca. As notícias, como narrativas do cotidiano, são uma concordância-discordante, uma síntese provisória do mundo. (Ricoeur, 1994) Somos capazes de inteligí-las porque elas mantêm um mínimo de coerência em sua estrutura interna e com o mundo social onde estão inscritas. Mas, ao mesmo tempo, introduzem um conflito. São discordantes. Nascem das contradições do seu tempo bem como as instaura, abrindo novas possibilidades de significação sobre o mundo. Abrem, portanto, fendas temporais que são também brechas de possibilidade de ação social.

As notícias no *Jornal do Commercio* dão pistas do trabalho de interpretação, de checagem dos dados, como uma forma de apuração à distância. Tantos telegramas de tantos correspondentes chegavam à redação e em momentos diferentes que as notícias se apresentavam ao redator de modo contraditório. Fatos relatados mais de uma vez podiam deixar dúvida sobre seu ineditismo. Ou mesmo uma informação nova que contradizia outra anterior levava o redator a questionar se a situação mudara ou se o relato precedente estava errado.

Na coluna EXTERIOR, da primeira página do *Jornal do Commercio*, os telegramas do mês anterior eram publicados em ordem cronológica crescente.³ Fica

³ O mesmo modo de hierarquizar os textos foi identificado e analisado por Messagi Júnior (2008) em relação à *Gazeta do Rio de Janeiro* do princípio do século.



evidente que havia um diálogo entre os próprios telegramas, como se o correspondente tentasse costurar uma coerência unidirecional no tempo e na história.

Paris, 18 de Agosto

As notícias que hoje temos do teatro da guerra pouco melhores são que as da minha correspondência passada. A victoria que o imperador se attribue ao combate de Blougeville attribue-a o rei da Prussia ás suas próprias tropas em um telegramma datado do dia 16, que do quartel-general de Heavy enviou á rainha ... (Jornal do Commercio, 14/09/1870, p. 1)

O correspondente anônimo supõe que seus interlocutores estejam acompanhando seus relatos e classifica as notícias como melhores que na sua correspondência anterior. Então o jornal continua com a narração cronológica e termina a coluna com um *post-scriptum* do remetente:

P.S.: As noticias desta noite são muito mais favoráveis. Hontem 17, pelas 4 horas da tarde, telegraphiava o marechal Bazaine, ao ministro da guerra, nos termos seguintes: (...) (Jornal do Commercio, 14/09/1870, p. 1)

Entre o envio da última carta e o fechamento daquela edição, outras notícias “muito mais favoráveis” vão surgindo, e, na ânsia de atualização e de precisão, o jornal publica todos os telegramas, sem descartar os primeiros que ficaram defasados em relação aos últimos. Tal sistema de edição permite que o público recomponha, no ato de leitura, o fluxo do tempo cronológico, como se acompanhasse os próprios acontecimentos condensados no jornal. Destaca-se a importância da especificação das datas dos telegramas, pois é o tempo que provoca o primeiro nível de interpretação conflituosa. Mais do que uma questão de correção ou não do “conteúdo”, a inteligibilidade do jornal depende da concordância dos tempos com os quais trabalha. Os exemplos dos telegramas do *Jornal do Commercio* deixam claro que a compreensão dos fatos dependia de que um acontecimento não tivesse se sobreposto a outros.

Aumentando ainda mais o volume de informações sobre a guerra, havia as cartas chegadas pelo correio. Esse grau de detalhamento revelaria um desejo de desvendar o distante. A maneira de o jornal atualizar as notícias não era pela edição dos textos, como faríamos hoje, mas pela indicação textual de que se tratava de uma notícia mais fresca, como se o jornal se auto-atualizasse na mesma edição, como no exemplo: “Entrou hontem o vapor inglez *Biela* com folhas de Londres até 20 do passado, dous dias além dos últimos telegrammas.” (Jornal do Commercio, 14/09/1870, p. 1)

Depois de longos detalhes sobre batalhões e regimentos, o jornal compara a



correspondência francesa com outras versões da guerra publicadas por jornais ingleses, tentando produzir uma interpretação coerente: “Das notícias dadas pelas folhas inglesas parece-nos poder concluir-se o seguinte a respeito das circunstâncias”. Isto era o que era dito, pois o que era feito, a rigor, era expor as contradições das diferentes fontes de informação. Ou seja, embora o jornal declarasse tentar encontrar uma conclusão para os acontecimentos, a própria iniciativa de publicar as várias versões já significava a possibilidade de fazer emergir a contradição. Esse fato é importante para lembrar que a diversidade de pontos de vista era possível na era das correspondências.

Os padrões gráficos da época não permitem identificar claramente a diferença entre os narradores das histórias. É difícil saber exatamente se foi o redator do *Jornal do Commercio* que produziu aquelas análises a partir do material que chegou à redação pelos correios ou se os textos já chegaram prontos enviados por um correspondente apenas. Se foi, de onde ele escrevia? Havia dois trajetos: ou os telegramas chegavam como discurso citado, direto e indireto, nas cartas (Bakhtin, 1995), ou eram publicados originalmente no exterior e traduzidos e transcritos no território brasileiro.

NOTÍCIAS INTERNAS

As notícias de dentro do Brasil também circulavam de navio. Elas tinham cada vez mais espaço garantido graças à incorporação das cartas e com a citação de jornais de outras províncias. Barbosa (2010) mostrou que, no início daquele século, a impressão funcionava como um meio de validar as informações que já corriam no boca a boca. Os jornais conferiam credibilidade à informação circulante por outros meios, sobretudo orais. Por isso, antes de se considerar a autoridade jornalística como tributária da empresa ou do profissional, é preciso lembrar que o jornalismo de certa maneira herdou a autoridade da tecnologia de impressão. (*id. ibid*; Eisenstein, 1998)

É de se supor que a lógica do que chamaríamos hoje de “apuração” passava necessariamente por uma carta ou por outro jornal, que validavam a informação. De certo modo, o modelo se assemelhava ao que hoje ocorre no jornalismo *online*, que se caracteriza muito mais por um trabalho de edição, de compilação, do que de investigação direta. Essa forma indireta de apuração fazia sentido dentro daquele circuito pelo qual passavam as informações, principalmente as mais distantes.

Pelo navio *Biela*, que, pelo destino das cartas, deduz-se ter feito cabotagem depois da travessia atlântica, chegaram informações de outros pontos do litoral. O jornal informa sobre a atualização das cartas, indicando a data do embarque.

Pelo Biela recebem-se notícias da Bahia até 7 e de Sergipe até 5 do corrente: No dia 4 chegou á Bahia o transporte Isabel, conduzindo a seu bordo (...) batalhão 54 de voluntários da pátria. O desembarque effectuou-se no dia immediato no meio das maiores démonstrações de regosijo [*sic*] da parte povo. Na ocasião de [ilegível] o batalhão deu-se, porém, um desastre que fez [acabar?] tristemente a festa popular. O Jornal da Bahia de 6 dá nestes termos noticia do desastre. (Jornal do Commercio, 14/09/1870, p. 1)

Fica claro que o relato que se segue foi uma compilação do *Jornal da Bahia* que chegou pelo navio:

“Hontem quando da recolhida ao quartel do forte S. Pedro a 54 de voluntários, o povo que acompanhava pretendeu, como de costume, entrar na fortaleza, mas tendo sido prohibida sua entrada, recuou em massa sobre a ponte que forma o passadiço da entrada, e aperdado entre a repulsa do interior do quartel e a onde que também para dentro se encaminhava, fez grande peso sobre a ponte, que cedeu, perdendo um dos parapeitos; cahirão no fosso do lado direito mais de cincoenta pessoas, das quaes muitas ficarão feridas e algumas gravemente.” (Jornal do Commercio, 14/09/1870, p. 1)

Embora a cobertura local não fosse prioridade para o *Jornal do Commercio*, que privilegiava o noticiaria político, sempre havia espaço para as histórias de crimes e agruras do dia a dia e, para isso, outros jornais locais eram usados como fonte. Os jornais mais regionalizados cumpriam a função de narrar as histórias locais, a partir de apuração mais direta, enquanto os jornais da Corte as reproduziam, num sistema de compilação. Em alguns casos, o texto era transcrito literalmente, entre aspas.

Ainda no início dos anos 1870, o *Diário do Rio de Janeiro* também publicava telegramas de jornais estrangeiros e, principalmente, compilava seus pares nacionais. Com quatro páginas, assinatura anual de 24 mil réis, o *Diário do Rio de Janeiro* era quase que inteiramente voltado para o noticiário cotidiano, a começar pela sua coluna principal de primeira página, chamada NOTICIARIO. Havia o que hoje chamaríamos de cobertura da administração local e que ia além da simples publicação de decretos e atas legislativas, como no caso do texto sobre os “projetos de obras de abastecimento de água enviados ao Senado pelo Ministério da Agricultura, Commércio e Obras Públicas”. (Diário do Rio de Janeiro, 04/07/1870, p. 3) Nele, o projeto é não apenas reproduzido, mas explicado como numa reportagem.

Embora desse ênfase à apuração local, o *Diário do Rio de Janeiro* não deixava de compilar jornais de outras regiões. Nesse caso, mantinha o princípio de aceitar notícias antigas, com até meses de atraso, o que evidencia a convivência entre uma lógica produtiva estabelecida e outra mais nova que ia se configurando.

Na mesma década de 1870, *A Pátria* circulava do outro lado da Baía de Guanabara, em Niterói. Com assinatura anual de oito mil réis, o diário publicava longos debates em defesa da abolição. As campanhas temáticas duravam várias edições. Ao mesmo tempo em que possuía conteúdo político explícito, noticiava os acontecimentos do cotidiano. Aparentemente, não utilizava telegramas transcritos em cartas. Com exceção dos temas políticos, o restante do conteúdo era cobertura local, como inaugurações de obras públicas e denúncias de injustiças contra o povo. Não de forma genérica, como retórica política, mas de modo específico, como reportagem. Por exemplo, criticou a Igreja ao publicar a história de um morador da Ponta D’Areia que não foi autorizado pelo bispo a se casar com a mãe de seus três filhos, com quem já vivia há anos, por não possuir certidão de nascimento. (*A Pátria*, 29/10/1871, p. 3)

O jornal carioca *Gazeta de Notícias* também possuía cobertura local. Era, aliás, repleto dela e com um viés popular, voltado para as dificuldades cotidianas do povo comum, como a denúncia contra a perseguição aos não-vacinados e a aplicação de multas indevidas, ainda em 1875, muito antes da famosa Revolta da Vacina, de 1904.

Multas municipaes – Há cerca de um mez demos publicidade a um facto que chegou ao nosso conhecimento, relativo a imposição de multas municipaes a uns pobres homens moradores de cortiços, por terem deixado de vaccinar seus filhos.

Fizemos ver n’essa occasião que não estando em vigor lei nenhuma que torne a vaccina obrigatória, não podia a autoridade impor pena a quem quer que fosse. (...) A multa ficou no escritório [a redação] e o fiscal foi ver. Chegaram mais duas sem assinatura do fiscal. Se existe uma lei, ela precisa ser do conhecimento de todos.

Não censuramos a multa, não consideramos vexatória a imposição da vaccina; pedimos apenas que seja publicada a lei em vigor em que baseam os srs. ficas e procurador da Câmara para impor multas aos que não têm seus filhos vaccinados. (*Gazeta de Notícias*, 10/10/1875, p. 1)

Embora o ocorrido tenha se dado “há cerca de um mez”, a notícia transmite uma sensação de atualidade porque o texto evidencia um trabalho de apuração que se afasta do modelo de compilação e de debate de ideias. Como se a lógica da atualização já estivesse incorporada, o redator relata um caso antigo graças a um novo “gancho”: a chegada à redação de mais duas multas assinadas pelo mesmo fiscal.

Mas sua grande vedete seria a adoção do serviço telegráfico, anunciada antes mesmo do lançamento do novo jornal, que ocorreu em 02 de agosto de 1875. Dias antes, esperava-se fazer circular pelas ruas da Corte um prospecto multiutilitário sobre a nova folha. Ele serviria para divulgação, oferta de emprego para entregadores do futuro jornal



e, ao mesmo tempo, capitalizava dinheiro para a nova empreitada, pois já vinha com anúncios publicitários. “A publicação da *Gazeta de Notícias* começará brevemente e será anunciada com alguns dias de antecedência nas principais folhas da Corte e Províncias,” dizia o folheto, que, hoje, poderia ser entendido como um *teaser* de marketing. Na verdade, não conseguimos confirmar se o panfleto realmente circulou, nem com qual antecedência, pois ele não é datado. De qualquer forma, o texto faz entender que o material foi produzido com esta intenção.

O jornal, que circulou até 1942, tinha seu escritório na Rua do Ouvidor, 70. Barato e popular (custava 40 réis o exemplar avulso), ficou conhecido na posteridade como representante da imprensa abolicionista, tendo acolhido em seus quadros, em 1877, José do Patrocínio, que iniciou sua campanha contra abolição nas páginas da *Gazeta* antes de fundar seu próprio jornal, *A Cidade do Rio*, dez anos depois.

Mas o principal destaque no prospecto de lançamento foi o anúncio de que o novo jornal publicaria os telegramas noticiosos da agência Havas-Reuters, “tanto do paiz como do estrangeiro”. Efetivamente, desde seu primeiro número, o jornal saiu com os telegramas na primeira página. Mas existe uma lacuna sobre o uso do telégrafo pelo jornalismo no Brasil, porque se costuma fazer uma associação imediata entre telégrafo e agência Havas-Reuters, esquecendo-se que a agência francesa não possuía o monopólio telegráfico no país e que outras trocas telegráficas eram feitas no Império antes da abertura de sua sucursal no Brasil.

Para traçar pelo menos parte dessa história, é preciso considerar como os telegramas eram usados nos sistema comunicacional da época. É possível que boa parte dos telegramas encontrados nos jornais não fosse da Havas ou que nem mesmo tenham chegado como transmissão telegráfica, mas como correspondência física. Antes da instalação do escritório da agência no Rio de Janeiro, em 1874, os jornais já publicavam telegramas estrangeiros regularmente, mas eles funcionavam como carta. Precisavam atravessar o Atlântico de navio do mesmo jeito que os malotes dos correios, o que se pode deduzir pelo hiato entre a data que atestavam e a data de publicação. Toda a correspondência, incluindo aquela que circulara na Europa como telegrafia, era guardada para posterior publicação suplementar.

Costuma-se marcar a gênese dessa relação entre o jornalismo e o telégrafo no momento da instalação da agência no país. A partir de então, os jornais interessados poderiam comprar seus serviços. Entretanto, nada garante que as pessoas já não usassem a telegrafia para trocar informações dentro do território nacional com o objetivo de



publicação jornalística imediata. Além disso, a chamada “telegrama” nos textos não foi suficiente para desvendar a maneira como ele chegou à redação, pois podia fazer referência à correspondência física, não à transmissão elétrica.

Muito diferente era o que ocorria com os boletins internacionais da Havas, amplamente anunciados. Portanto, existe uma confusão entre a referência à agência e a referência ao telégrafo. É a partir da contratação dos serviços da Havas e não da instalação da telegrafia no Brasil que se costuma colocar o marco inicial do uso do telégrafo pelo jornalismo, o que poderia ser questionado.

A TELEGRAFIA NO BRASIL

Tanto a *Gazeta de Notícias*, de 1875, quanto *O Paiz*, de 1884, publicaram diariamente uma profusão de telegramas chegados de todas as províncias do país. É verdade que esse circuito de comunicação já era atendido antes por cartas, mas elas chegavam à Corte com mais de 15 dias de diferença da postagem. A partir daí, fomos obrigados a admitir que o telégrafo pode ter efetivamente colaborado para a consolidação e dinamização da cobertura local, regional e nacional. Se isso ocorreu, teria ele intensificado o interesse pelo cotidiano e fomentado a sensação de aceleração?

O primeiro telégrafo instalado no Brasil foi em 1809, na sua versão ótica, unindo por sinais luminosos Cabo Frio à Corte, e atendia a uma demanda exclusivamente portuária. Em 1852, começaram a ser instaladas linhas do telégrafo elétrico, formando uma rede integrada com bandeiras no Morro do Castelo, no Centro do Rio, e que seria demolido em 1921. Em 1864, uma nova convergência tecnológica somou ao sistema elétrico e de bandeiras o antigo telégrafo ótico.

A utilização do telégrafo era essencialmente administrativa, policial e militar, tendo sido fomentada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Entretanto, as primeiras estações telegráficas tenham sido criadas a partir de 1854, para utilização gratuita do público (Maciel, 2001; Silva e Moreira, 2007). Existe, portanto, uma lacuna de informação sobre como o público usou essa tecnologia e se foi empregada como recurso jornalístico.

A transmissão das informações era limitada a um espaço territorial relativamente pequeno. As notícias de longe continuavam chegar por cartas ou pessoalmente por viajantes. Mas, em 1866, foi inaugurado o cabo transatlântico, permitindo a troca de dados entre América e Europa. (Maciel, 2001) Após a configuração desse cenário técnico, em que as transmissões transcontinentais foram possíveis, a Havas se instala no



Brasil em 1874. A partir de então, os jornais começam gradativamente a contratar seus serviços, sendo a *Gazeta de Notícias* o primeiro, em 1875.

Em seguida, foi o *Jornal do Commercio*, em 1877, cuja seção *Telegrammas* priorizava a cobertura internacional. Já em *O Paiz* e na *Gazeta* a proporção de telegramas nacionais e do estrangeiro é semelhante. Por vezes até invertida.

Constantinopla, Vienna, Londres, Amsterdan, Antuerpia e Nova York aparecem entre os primeiros telegramas, mas em seguida vêm Pará, Pernambuco, Bahia e Santos. A origem dos comunicados mostra que naquele sistema de comunicação (Darnton, 1990) se dava relevância às notícias do estrangeiro, mas também chama a atenção o esforço em dar conta de uma rede nacional de troca de informações, sobretudo econômicas. Paris e Berlim são seguidas por Fortaleza, Recife e Desterro. Os telegramas eram muito usados para informar as cotações das mercadorias em diferentes entrepostos nas províncias e por quanto estavam sendo negociadas no exterior. Além disso, tratavam de notícias políticas e de assuntos cotidianos em geral.

A primeira mudança na produção do *Jornal do Commercio* quando ele começou a publicar os telegramas da Havas não foi territorial, mas temporal. Houve uma intensificação no ritmo de atualização das informações. Os suplementos quinzenais que sintetizavam notícias e balanços comerciais desde seus primeiros anos foram abolidos naquela década. Não havia mais a necessidade de acumular informações por duas semanas até a publicação do suplemento especial, pois as notícias passaram a chegar rapidamente por transmissão telegráfica.

Ao incorporar os serviços da Havas, os periódicos ganham em velocidade produtiva, mas não temos segurança para afirmar se houve alteração nos contornos narrativos. Também questionamos sobre se o contrato com a Havas e o uso da telegrafia não forma responsáveis pela sensação de aceleração. Da mesma forma, não foi possível encontrar resposta conclusiva, mas talvez os dois fatores tenham contribuído para o encantamento com a própria capacidade de atualizar o fluxo dos acontecimentos, somados à maior oferta de informação e possivelmente à resposta positiva do público quanto a esta prática.

A utilização do telégrafo obedecia à lógica das práticas jornalísticas e comunicacionais da época. As notícias não eram apresentadas na forma de um texto único consolidado. Os telegramas eram publicados na sequência em que chegavam às redações até o fechamento do jornal.



Coritiba, 21

Noticias chegadas da Villa do Rio Negro dizem que 300 capangas armados por senhores de engenhos de S. Bento, atacaram as casas em construção nas barreiras ultimamente creadas no território do Paraná para tributar-se a herva matte exportada deste estado.

Coritiba, 21

O governo do Paraná mantem-se firme, tomando providencias que evitem conflictos.

Coritiba, 21

Acabaram de seguir para o Rio Negro 50 praças de cavallaria, commandadas por um capitão, afim de garantir ali a ordem publica. Espera-se que tudo será resolvido pacificamente. (O Paiz, 22/07/1890, p. 1)

Esses telegramas foram publicados em sequencia, evidenciando que a redação de *O Paiz* fora atualizada acerca dos conflitos no Paraná ao longo de todo o dia anterior, provavelmente recebendo esses informes em horários distintos, embora o jornal não tenha indicado a hora. A publicação de cada telegrama integralmente exhibe o fluxo de informação com o qual trabalhavam os jornalistas, apresentando ao leitor a multiplicidade de tempos da produção do jornal.

Esses boletins não eram consolidados num único texto como hoje, com um *lead* que inverte a ordem cronológica. No texto jornalístico contemporâneo, há uma planificação dos tempos, ou, conforme Ricoeur (1994), maior concordância dos múltiplos tempos na síntese narrativa que elaboramos. Curiosamente, o modelo do século XIX se assemelha ao nosso jornalismo online nesse ponto. O leitor de 1890 podia acompanhar o passo a passo de como o redator tomou conhecimento dos fatos, que nos leva a questionar a famosa fragmentação pós-moderna da narrativa, operando sua interpretação a partir do trânsito por fragmentos de histórias.

O padrão narrativo de outro jornal, a *Gazeta da Tarde*, em 1880, por exemplo, era integralmente fragmentado. Este outro exemplo trata da escolha de uma chapa que concorreria às eleições no Espírito Santo:

Victoria, 19

Na casa de residência do ex-chefe liberal barão de Monjardim, houve hontem à noite reunião política, á qual compareceram diversos liberaes e alguns conservadores, da antiga fracção Mascarenhas, além dos republicanos Bernardo Horta e Antonio Aguirre. Nesta reunião ficou instituído a União Republicana Espírito Santense, que pleiteará as próximas eleições com a seguinte chapa: (...) (O Paiz, 20/07/1890, p. 1)

Os redatores não se preocupavam em desdobrar a apuração. O telegrama chegava e era suficiente para ser publicado. O trabalho da reportagem ainda não fazia



parte do raciocínio da época e de suas práticas jornalísticas, o que só ocorreria no Brasil no início no século XX, com o novo profissional: o repórter. (Barbosa, 1996 e 2010)

Comparemos essas experiências com algumas edições do *Diário do Rio de Janeiro* em 1870, quando não havia o serviço telegráfico da Havas:

Crime horrível – O Jornal dos Debates refere um crime monstruoso praticado há poucos dias na aldeia de Beaumont. (*Diário do Rio de Janeiro*, 13/07/1870, p. 3)

Além de não haver problema na referência a outro jornal, já que a compilação era uma prática corrente e que ainda seria por muito tempo, é bem diferente a sensação de ler uma notícia com 40 dias de atraso, já que o crime ocorrera em 03 de junho. Provavelmente, uma história tão velha sequer entraria no jornal não fosse a força das sensações, que tudo presentifica. Vinte anos antes da notícia da formação da União Republicana Espírito Santense em menos de 48 horas, o jornalismo era bem diferente. As notícias distantes da imediata circulação do jornal eram publicadas 15 dias depois.

Não se tratava apenas de uma questão de distância espacial, pois até mesmo informações administrativas que partiam da própria Corte não contavam com cobertura tão atualizada. O que ocorria era o acúmulo de informações obtidas por carta a cada quinzena, produzindo um balanço periódico.

Por fim, analisamos a *Gazeta da Tarde*, onde não há indicação sobre o recurso ao telégrafo e todos os textos são curtos, exatamente como os telegramas, o que não permitiu distinguir a procedência do texto. Ainda que este jornal não usasse os serviços telegráficos em 1880, o ritmo de sua atualização estava de tal forma consolidado que os textos podiam se referir ao dia seguinte e já com o verbo no tempo presente, um recurso bastante moderno de presentificação da notícia jornalística: “Amanhã, às 7h da noite, reúne-se no paço de São Cristóvão, o conselho de Estado pleno”. (*Gazeta da Tarde*, 16/07/1880, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da década de 1890, as páginas de *A Notícia* indicam a utilização de vários meios de obtenção de informações, já com o telégrafo totalmente incorporado. Com excelente impressão e fontes grandes, *A Notícia* mantinha a coluna O EXTERIOR somente com notícias telegráficas, porém sem as datas, o que pode sugerir que fossem do dia anterior e a consciência disso já tinha sido naturalizada. Também podia significar que qualquer atraso nas notícias já fosse mal visto, então seria prudente omitir sua data.



Também dedicada aos telegramas, havia a coluna BOLETIM DO DIA. Esta, por sua vez, totalmente dedicada às informações locais. Isto é, até o final do século, a telegrafia estava sendo utilizada como meio de troca de informação para fins jornalísticos dentro do território nacional. Não é possível saber se por meio da Havas ou não, mas, certamente, não apenas com interesse nos boletins internacionais. Por outro lado, os telegramas passavam por um circuito mais amplo antes de chegar às redações.

Em telegramma do Rio para uma folha de S. Paulo diz-se que o governo possui documentos que esclarecem o caso das notas falsas aparecidas em Rivera e que consta que já foi requisitada a prisão de várias pessoas e cujos nomes, até agora em silencio, se acham envolvidos na falsificação das notas. (A Notícia, 01/04/1895, p. 1)

Embora *A Notícia* tenha sabido da decretação da prisão dos envolvidos no esquema de falsificação por outro meio, fica claro no texto que um jornal de São Paulo apurou tal caso por meio do telégrafo, tendo recebido um telegrama do Rio explicando a situação. Também há alguns anos já se usava o telefone para apuração.

Ao mesmo tempo, os jornais continuavam a publicar notícias chegadas como cartas, portanto, com vários dias de diferença. Os telegramas do exterior também continuavam publicados das duas formas, tanto integralmente quanto num texto consolidado. Entretanto, *A Notícia*, assim como outros diários daquela última década, já é totalmente marcada pelos acontecimentos comuns do dia a dia de uma cidade efervescente, cheia de acidentes, crimes e conflitos comportamentais.

Antes e depois da Havas, publicavam-se sequencialmente as correspondências do exterior e internas. Depois da instalação da agência, os jornais assinantes do serviço passaram a publicar principalmente os boletins do exterior, mas não foi possível verificar se aqueles sobre notícias internas tinham sido vendidos pela Havas também, ou se tinham sido enviados às redações por telegrafia a partir de outros agentes.

A forma fragmentada do texto também aparece nos dois momentos. O interesse pelo cotidiano já era atendido pelos correios antes da Havas e, no final do século, a cobertura local continuou sendo feita com os correios. Portanto, a única certeza é que os dois circuitos de notícias se acomodaram na época, complementando o sistema.

Talvez por isso seja importante reconsiderar o marco do uso do telégrafo pelo jornalismo no Brasil não na instalação da sucursal da agência Havas, em 1874, mas retroceder um pouco mais para a década de 1850. Não por uma obsessão historiográfica, pois sua precisão seria importante para o conhecimento sobre o passado, mas porque os



marcos históricos podem ser úteis quando usados para fins metodológicos, para perceber os reais fatores dos movimentos da história e avaliar continuidades e rupturas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. SP: Hucitec, 1995, 7ª edição.
- BARBOSA, Marialva C. **História Cultural da Imprensa**. Brasil - 1800-1900. RJ: Mauad X, 2010, 266p.
- BARBOSA, Marialva C. **Imprensa, poder e público** (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 1996.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. SP: Companhia das Letras, 1990, 330p.
- EISENSTEIN, Elisabeth. **A Revolução da cultura impressa**. Os primórdios da Europa Moderna. SP: Ed Ática, 1998.
- MACIEL, Laura Antunes. **Cultura e tecnologia**: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História. SP, v. 21, n. 41, 2001, pp. 127-144. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200007. Acesso em: 08/04/2011.
- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. SP: Cultrix, 1969.
- MESSAGI JÚNIOR, Mário. 2008. **O texto jornalístico no centro de uma revisão da história da imprensa no Brasil**. Tese de Doutorado em Comunicação – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas (SP): Papyrus, 1994, 327p.
- SILVA, Mauro Costa da, e MOREIRA, Ildeu de Castro. “A introdução da telegrafia elétrica no Brasil. (1852-1870)”. Revista da SBHC. RJ, v. 5, n. 1, jan/jul, 2007, pp. 47-52. Disponível em: http://www.sbhc.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2007/1/artigos_3.pdf. Acesso em: 08/04/2011.